

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 016

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE MARÇO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida pelo nobre deputado Nelson Tureck.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam a Ata, permaneçam como estão.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Mesa defere e fará a chamada nominal dos senhores deputados.

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Edno Guimarães, que proceda a chamada nominal dos senhores parlamentares.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)
(Procede à chamada nominal)**

O SR. LUIZ CARLOS BELINATI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para justificar a nossa ausência. Nós estávamos participando da Comissão de Constituição e Justiça. Todos os membros, os deputados Duílio Genari, Basílio Zanusso, Plauto Miró, e chegamos agora da Comissão.

Então, a nossa justificativa.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, visto que já temos o número excessivo em relação ao quórum, suspendo então o pedido de presença.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Casa tem a honra hoje de receber a procuradora geral da Justiça, doutora Maria Tereza, nomeada recentemente pelo senhor governador do Estado.

A doutora Tereza numa deferência toda especial à Assembléia Legislativa do Paraná, não só vem cumprir os senhores parlamentares, como também fará uma exposição do Ministério Público.

Com a palavra a doutora Maria Tereza.

A DRA. MARIA TEREZA

Excelentíssimo senhor presidente, deputado Hermas Brandão, senhores parlamentares, é uma satisfação imensa estar aqui nesta Casa de Leis.

Fui recentemente eleita pela classe, pelos procuradores e promotores da Justiça, como procuradora geral da Justiça e tomo posse no próximo dia 08 de abril, cujo convite eu quis vir pessoalmente para externar, não só para a posse, mas para que possamos desenvolver sobretudo um trabalho conjunto como vem sendo feito com o Ministério Público.

O Ministério Público é uma instituição de todos conhecida que a partir da Constituição de 88 toma grandes contornos, especialmente na defesa das questões sociais. Eu vejo uma proximidade muito grande entre o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público e pelos senhores deputados. Por quê? Porque o nosso objetivo maior, nosso propósito é único - é a defesa dos interesses da sociedade. Se de uma lado as leis são elaboradas enquanto instrumento de representatividade da soberania do povo que através dos parlamentares aprovam as leis, de outro lado cabe ao Ministério Público a fiscalização destas leis. E o objetivo - sempre a melhoria das condições de vida digna dos nossos cidadãos.

Eu pretendo implementar uma série de alterações na estrutura interna-administrativa do Ministério Público e a partir de ontem comecei já a proceder algumas reuniões no sentido de reestruturar, inclusive, os centros de apoio do Ministério Público. Eu pretendo dinamizar especialmente a questão de acesso à Justiça que me parece um dos pontos muito importantes. Nós temos hoje Promotoria das Comunidades em que o Ministério Público atende semanalmente em vários bairros da capital. Eu penso que o atendimento nos bairros deva continuar, mas que nós devamos também ter uma estrutura do Ministério Público, juntamente com a Defensoria Pública, com a OAB e com representantes de cada uma das faculdades de Direito. Eu acho que a responsabilidade não é só do Estado. Nós temos um número muito grande de acadêmicos de Direito e de outras áreas que precisam participar das questões sociais e nós precisamos fazer este elo de ligação. Dar atendimento não só às questões individuais que a população carente precisa, como também às questões coletivas, às questões de segurança, às questões de habitação, às questões relacionadas à educação, à saúde, mantendo centros de apoio específicos para atendimento às questões de saúde pública e criando um novo centro de apoio que diga respeito somente à educação. Eu acho que a educação no nosso país nós precisamos privilegiar, nós precisamos trabalhar junto com o Censo do IBGE, saber as crianças que estão fora das escolas e trazê-las para as escolas. Nós precisamos verificar se as verbas do Fundef estão sendo regularmente aplicadas na educação. Eu acho que através da educação se modifica a cultura, se modifica a população.

Então, eu acho muito importante o investimento na educação e na saúde, nas políticas básicas. Na questão criminal também pretendo reestruturar a forma de atendimento que se dá no combate ao crime organizado. Trabalhamos já, juntamente com os parlamentares na CPI, à questão do narcotráfico etc; precisamos fazer um trabalho conjunto, sobretudo, na macrocriminalidade e pretendo proceder reestruturações, nessa área também. Enfim, em vários setores que o Ministério Público, hoje atua, especialmente, em questões criminais, de defesa da cidadania e de direitos constitucionais, estando próximo à população, fazendo com que a Justiça não seja distante, que seja uma porta fácil de acesso à população.

Para tanto, é importante um trabalho conjunto: do Ministério Público, da Assembléia Legislativa, do Poder Executivo e do Poder Judiciário. É importante o entrosamento de todos os poderes, em que tenha sido, por força de uma Adin, impetrada junto ao Supremo Tribunal Federal, dispensada a sabatina do procurador-geral, perante a Assembléia Legislativa. Isso foi uma Adin interposta por interesse dos delegados de polícia, na época.

Entendo que é muito importante independente da questão legal, estar aqui o representante do Ministério Público, para que possamos selar esse compromisso, que é de solidariedade, respeito e trabalho conjunto, cada um

na sua área, sem que haja ingerência, mas que haja respeito e um trabalho participativo e, com isso, possa ganhar a nossa sociedade. É por isso que estou aqui e me coloco à disposição.

Vejo vários deputados conhecidos, aqui, de Londrina, Cambé. Sou natural de Londrina. Morei muitos anos em Londrina. Trabalhei em Cambé, passei por Jaguapitã, Jacarezinho. Fiz sempre minha carreira no interior. Estou em Curitiba há cerca de cinco anos. Passei pela assessoria de gabinete do procurador-geral, pela Corregedoria do Ministério Público. E há poucos dias agora, presidindo a Associação Paranaense do Ministério Público - entidade de classe, da qual participam mais de 700 procuradores e promotores da Justiça.

É uma honra muito grande, especialmente, por ter sido eleita com uma votação maciça, pela classe, que demonstra a credibilidade e, sobretudo, por ser promotora de Justiça. Eu ainda não sou procuradora. Serei a primeira mulher procuradora-geral da Justiça e a primeira promotora a ser escolhida pela classe e exercer a chefia da instituição.

Sei que a trajetória não é fácil, mas peço a Deus que ilumine sempre o caminho do Ministério Público. Porque iluminando o caminho do Ministério Público e o bom relacionamento que deve ter em todos os poderes, muito poderá ser feito na nossa sociedade.

Coloco-me à disposição, com as portas do Ministério Público sempre abertas, para que possamos cada vez trabalhar melhor, por todos os objetivos que são comuns.

Muito obrigada.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Doutora Maria Tereza, Londrina sente-se orgulhosa pela procuradora-geral da Justiça. Já sabíamos da vitória, que seria esmagadora. Cantei a vitória uma semana antes da eleição, no meu programa de televisão. Londrina terá uma representante, como procuradora do Ministério Público do Estado do Paraná.

Em nome do meu partido, como vice-líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, desejo-lhe um beijo na sua alma e que a senhora trilhe esse caminho, que tem trilhado até agora, dando um demonstrativo de honra, caráter e lealdade ao Ministério Público espero muito mais ainda: que V. Exa. ajude a aprimorar cada vez mais a Promotoria de Investigações Criminais, brilhantemente dirigida pelo doutor Dartagnan Abilhoa e todos os promotores que ali estão fazendo um trabalho de relevância à sociedade paranaense.

Que Deus lhe ilumine! Seja bem-vinda!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, doutora Maria Tereza, mui digna procuradora geral da Justiça do Estado do Paraná, senhores deputados.

Sinto-me muito confortável de poder saudá-la desta tribuna. Eu que a conheci ainda como vereador na cidade de Cambé, tivemos a felicidade de acompanhar o seu trabalho com promotora da Justiça, sempre incansável em defesa dos direitos do cidadão, do meio ambiente, da nossa criança, enfim, acompanhei ao longo a sua trajetória, e eu tenho certeza que o Paraná ganha pela primeira vez um sua história uma mulher como procuradora da Justiça. Mas não apenas uma mulher, ganha uma pessoa de extrema sensibilidade, com profundo conhecimento jurídico, com competência, seriedade e de extrema fidelidade ao direito e as causas sociais. O governador foi muito feliz ao referendar o que a sua classe com esmagadora maioria havia decidido.

O Ministério Público que, segundo Piero Calamandrei, de todas as missões certamente a mais difícil é a do Ministério Público. Como sustentáculo da acusação, devia ser tão parcial como o advogado; como o guarda inflexível da lei, deveria ser tão imparcial como um juiz.

E o Ministério Público do Paraná e do Brasil conseguiu ao longo de vários anos, porque o início discutido das primeiras medidas estabelecendo o Ministério Público no país tratam de 1609, mas muitos foram os percalços, muitos foram os avanços.

Mas foi certamente durante a primeira república, por obra do ministro da Justiça do Governo Provisório, Campos Salles, o percussor da independência do Ministério Público brasileiro, foi então editado o Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. Ele veiculou a reforma da Justiça brasileira, atribuindo à instituição ministerial contornos de grande importância. Nesse mesmo ano de 1890, veio o lume o Decreto 1030, que consolidou definitivamente o Ministério Público em nosso país.

Com a Emenda Constitucional nº 01/69, o Ministério Público passou a integrar o Poder Executivo.

Mas com toda a certeza foi a partir da Constituição Federal de 1988 que o Ministério Público estabeleceu a sua própria autonomia e a sua independência, devolveu-lhe a independência ao incluí-lo no Capítulo VI das “Funções Essenciais à Justiça” como instituição permanente, essencial à jurisdição do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Eu tenho certeza, doutora Maria Tereza, que o Estado do Paraná, que a sociedade paranaense e o Ministério Público do Estado do Paraná, através da sua função como procuradora geral da Justiça terá a segurança que os cidadãos precisam, que o Ministério Público atuante vigilante, em defesa do patrimônio público, em defesa do meio ambiente, em defesa da sociedade, guardião com certeza da Justiça. nada melhor e oportuno, eu que a conheço bem, saber que a vocação sua de promotora da Justiça, a sua sensibilidade, a sua lealdade e amor ao

direito e respeito ao cidadão nos darão uma segurança absoluta.

O seu gesto nesse momento de, com humildade, mesmo que não por força de lei, vir a esta Casa de Leis, vir à Assembléia Legislativa, aqui representada por todos os cidadãos paranaense, através desses ilustres senhores deputados, esse seu gesto de humildade só engrandece a sua função à frente dessa tão importante instituição que todos nós brasileiros aprendemos a respeitar e admirar.

Tenha êxito, porque todos nós estaremos rezando, orando e torcendo pelo seu sucesso, como a grande mulher, grande senhora, que vai defender com toda a sua garra de mulher, garra feminina em toda a sua seriedade à aplicação da Justiça no nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora Maria Tereza Uille, mui digna procuradora geral de Justiça do Estado do Paraná.

É para nós uma satisfação e um orgulho especial poder saudá-la, nesta tarde, nesta Sessão.

O Ministério Público do Paraná tem grandes serviços prestados ao Paraná, à sociedade paranaense e terá com certeza, muito mais ainda a fazer.

V. Exa. tem aí uma grande responsabilidade de conduzir esta instituição, que a partir da Constituição de 1988, ganhou novos contornos novas responsabilidades, novas atribuições e, com certeza, muito mais o respeito da sociedade brasileira. É dentro desse contexto que a senhora vai liderar uma instituição desse peso, aonde o cidadão comum vê a justiça cada vez ficando mais distante da condição de acesso.

A senhora, num dos primeiros tópicos, colocou da sua plataforma de atuação, tornar a justiça cada vez mais acessível ao cidadão. O Ministério Público não podia pensar diferente e conhecendo a sua atuação, à frente da instituição, não poderia ser outra a expectativa da sua conduta.

É sem dúvida o momento em que a mulher paranaense, a mulher ibiporaense, nascida na cidade de Ibiporã, filha de Maria do Carmo e Ciro Uille que têm o prazer e a satisfação de ver uma filha nesta posição e com tamanha responsabilidade diante dos ombros. Mulher de garra, decidida, firme, convicta das posições que tem que assumir. Foi por isso que chegou à eleição que a tornou procuradora do Estado, com esmagadora maioria.

É essa posição, Doutora Maria Tereza, que nós temos certeza, veremos nos próximos anos atuando no Ministério Público do Paraná.

Que Deus a proteja.

Que Deus a cubra de graça e ilumine, para que a Justiça, não seja aquela cega, mas que ela possa, através da sua mente, do seu caráter, da sua inteligência, exercer

a justiça na direção, especialmente daqueles menos afortunados.

V. Exa. tocou mais três coisas que a esta Casa é muito particular, foi o acesso às camadas mais pobres e a facilitação da justiça à população, e que sem a informação e sem o conhecimento, evidentemente, nós não conseguiremos fazer exercício da justiça, a questão educacional.

Ao tocar na questão educacional, pontuou um dos programas extremamente importantes para que nós possamos fazer o resgate dos excluídos, não só do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista do conhecimento, a educação. O Fundef se transforma num elemento extremamente poderoso para que nós possamos fazer o resgate das camadas dos excluídos do conhecimento e, se aplicado da forma como deve ser, não só pelos municípios, a quem muito é cobrado mas também para o Estado, com certeza nós estaríamos ampliando cada vez mais a faixa daqueles que, *de per si* têm condições de solicitar e requerer a Justiça para que lhe seja feita.

Falou igualmente da saúde. Dois pontos, duas colunas básicas do processo sócio-econômico do nosso Estado.

A saúde é outra questão que gostaríamos de ver implementado, porque, historicamente, o Estado aplica muito pouco.

Não é deste governo. Historicamente ele aplica muito pouco em termos de saúde, a despeito de termos uma nova legislação que vai abrigar, cada vez mais, a presença do Estado na educação pública do país, queremos, esperamos e aguardamos e temos a certeza que a senhora, através da sua função, fará com que este preceito, hoje legal, seja cumprido, tanto do Fundef quanto da saúde.

Eu gostaria de ver como vejo, a professora Maria do Carmo, esta que por muito anos lecionou em Ibiaporã, professora de minha esposa, e de uma geração inteira na minha cidade.

Parabéns. Tenho certeza que os pais hoje estão orgulhosos da filha, não só pelo cargo que ocupa, mas pela forma, condição e dignidade com que o faz.

Parabéns e sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas.

Eu, doutora Maria Tereza, não terminaria o dia bem, se eu não usasse desta tribuna agora para saudar V. Exa. porque eu que cheguei aqui como deputado da nossa região, dos chamados “pés vermelhos” que vivem aqui nesta cidade maravilhosa que é Curitiba, senti a responsabilidade que temos quando aqui chegamos, sobretudo

com o objetivo de construir alguma coisa. Então, eu que acompanhei, até na condição de homem público, mas de advogado militante a vida inteira, na minha cidade de Londrina, a carreira de V. Exa. e muito bem lembrado aqui pelo deputado José Maria que compõe a sua origem na região metropolitana da minha cidade e também pelo seu trabalho feito lá.

Quero dizer que hoje, o Ministério Público goza, quem sabe no País, do melhor conceito das instituições aqui, até então instaladas. O Ministério Público tem a responsabilidade, com coragem, de enfrentar os problemas da defesa do cidadão comum, daquele que às vezes não tem voz e não tem vez.

Fico extremamente feliz em ver que o seu esforço está sendo recompensado e sendo guindada para o mais alto cargo que o Ministério Público disputa aqui no Estado e o fato de V. Exa. ser mulher, a mim, não me deixa fazer um discurso diferenciado, porque hoje as mulheres estão atendendo a tudo aquilo que as especificações de cada posição requer e V. Exa. atendeu a isso e o fato de ser mulher, passa a ser uma cidadã a mais ao lado de todos nós e fiz ontem um pronunciamento, num Encontro em que estive, fazendo exatamente essa observação em relação à mulher.

Na segunda-feira, acordei cedo e quando saí pela Av. Higienópolis, que V. Exa. conhece tão bem em Londrina, sete horas, sete e pouco da manhã estava vendo a quantidade de alunos que estão indo para o Colégio Marcelino Champagnat, que é um dos maiores lá da nossa cidade e observei que de cada dez alunos, oito eram mulheres. Que estão cada vez mais fazendo com dedicação essa nação, às vezes até com mais preparo do que os próprios homens. O Ministério Público aqui dispensa qualquer tipo de comentário neste sentido. Mas, pelo fato de V. Exa. ser a primeira mulher que assume esta posição, quero deixar meus cumprimentos como seu conterrâneo “pé vermelho” e dizer mais: que a humanidade tem por hábito construir monumentos para aqueles que, em nome da paz, matam. A humanidade tem como costume homenagear aquelas pessoas que em nome de uma pseudo paz acabam com seu semelhante.

Espero que V. Exa. - com o bom-senso dotado e diferenciado às vezes, até, na mulher até pelo instinto maternal, que V. Exa. seja um instrumento desse em nome da paz, sem que haja, nenhum desespero da parte daquele cidadão que necessita, sobretudo, do apoio e da defesa do Ministério Público.

E para as mulheres aqui, presentes, gostaria de que a ascensão deste cargo, seja realmente, aquele monumento que às vezes, erradamente, a gente vê erguido em algumas situações. V. Exa. hoje, passa a ser o monumento-espelho do Paraná, até pela condição de mulher.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, a deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, Doutora Maria Tereza - procuradora do Ministério Público, em nome do Partido dos Trabalhadores, parabeno-a pelo cargo que ora exerce. Desejo sucesso. Realmente demonstrou muita firmeza e temos certeza que é com essa firmeza que irá conduzir seus trabalhos. Também em meu nome e em nome da deputada Serafina, que representamos as mulheres no Poder Legislativo, é motivo de muito orgulho ver uma mulher exercendo um cargo tão importante.

Por isso, queremos desejar sucesso, realmente, no seu trabalho e deixamos o nosso mandato no Poder Legislativo, também à sua inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Doutora Maria Tereza, sou deputado estadual e o meu município e um pequeno município no Oeste do Paraná, onde nasci e resido até hoje. Até pouco tempo vivíamos num município tranquilo, onde costumávamos a nem fechar a porta das casas. Só que, infelizmente, estamos numa realidade bem diferente. Tivemos nos últimos dias já cinco assaltos à mão armada em agências bancárias e, entre eles, a casa do meu pai. Três pessoas assaltaram e está sendo uma constante, não só no município de São Miguel do Iguçu, como em toda a região Oeste do Paraná. Acredito que é o reflexo do grande número de criminalidade que existe na região da fronteira. Temos a questão da Ponte da Amizade da tríplice fronteira.

Então, gostaria de, em nome dos deputados do Oeste do Paraná, pedir uma atenção especial do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado na questão da fronteira do Oeste do Paraná.

O nosso promotor de Justiça - Doutor Haroldo, estava vibrando, estava contente com a sua eleição.

Não a conheço pessoalmente, mas tenho certeza que só com essa vibração de toda a classe do Ministério Público, a senhora fará um grande trabalho. E, a pedido do líder da minha bancada, deputado Zuk, um abraço de todo o PDT e o desejo de sucesso, e vamos nos colocar à disposição para fazer uma parceria para melhorar a qualidade de vida no Estado do Paraná.

Sucesso e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados, doutora Maria Tereza, a quem tive e tenho o prazer de conhecer enquanto ainda presidente da Associação, e tenho certeza que pela sua liderança e pelo trabalho que sempre desenvolveu, recebeu essa maciça votação - dos seus companheiros, que vêm na sua pessoa a lide-

rança que o Ministério Público nesse momento precisa, para que como bem disse a senhora, eu destaquei alguns pontos: a parceria com o Legislativo, a parceria com o próprio Executivo e com o Judiciário, para que possamos, neste País, ter não uma operação Mãos Limpas, como é feita na Itália, mas possamos ter, a partir de uma lei tão boa, como a de responsabilidade Fiscal, efetivamente vermos cumpridos os desígnios do dinheiro público.

E tenho certeza de que a senhora terá parceria de todos os deputados desta Casa, porque este é o desejo de todos nós. Mas, tenho certeza que poderemos, dentro disto, fazermos muito mais pelo nosso Estado e talvez até pelo nosso País.

Então, acho muito importante sua presença, hoje, aqui, já foi bem dito, não haveria necessidade. Mas, numa prova de digamos, respeito a um Poder semelhante, aqui está conosco. E nós nos sentimos honrados com sua presença. Só queremos dizer, em meu nome e em nome do meu Partido, o PPS, do meu companheiro Cezar Silvestri, que ficamos muito felizes com sua ascensão. E temos certeza de que a partir daí o Legislativo, Ministério Público, Judiciário, poderão realizar um trabalho que há muito no Paraná estamos esperando.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, prezada procuradora, já foi dito tudo o que nós gostaríamos de dizer, que é enaltecer o trabalho do Ministério Público do Paraná. É um trabalho sério, dedicado, que tem contribuído para que a justiça possa se perpetrar.

Então quero, em nome do meu Partido, o PMDB, desejar sucesso a V. Exa. e que o Ministério Público continue neste mesmo caminho, ajudando a fazer com que a Justiça possa acontecer de fato, trabalhando e acima de tudo protegendo as pessoas desprotegidas e permitindo que as instituições possam ser respeitadas.

Meus parabéns pela sua indicação e conte com nosso apoio, a fim de que nós, juntos, como falou V. Exa. possamos construir uma sociedade melhor.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente e senhores deputados, nossa Procuradora, doutora Maria Teresa.

É uma satisfação recebê-la aqui nesta Casa, que tem tido uma parceria constante com o Ministério Público. Lembro-me das CPI's que nós presidimos, aqui, a CPI do Crime Organizado e do Narcotráfico, onde, durante tardes, manhãs e madrugadas tivemos assistência extraordinária, competente, de companheiros como o doutor Dartagnan Abilhoa, doutor Vani Bueno, doutor Domingos, José Hamilton, Paulo Kessler, doutora Cláudia, quando durante duas tardes de calor estivemos fazendo exumação de corpos no cemitério de Santa Cân-

dida, acompanhado, par e passo, do Ministério Público do Estado do Paraná.

E dizer que na minha trajetória de homem de imprensa - e lá se vão 43 para 44 anos de atividade, sempre tive uma ligação muito forte com o Poder Judiciário, com o Ministério Público. Travamos algumas batalhas muito interessantes. Todas elas, evidentemente, voltadas para o combate ao crime e para a defesa do cidadão. Lembro de companheiros o Olímpio Sá Sotto Maior, de Giacóia, Marcos Antônio Teixeira e agora na sua figura a certeza de que o caminho traçado, a modernidade da justiça, a justiça mais próxima do cidadão, a justiça do juiz com aquela toga que amedronta qualquer um que chega numa sala de audiência, esta modernidade implantada pelo Ministério Público, em que o cidadão comum se despoja desta toga e vai lá no Cajuru, vai lá no Sítio Cercado, com as promotorias das comunidades, realmente, é um avanço extraordinário. E este avanço começou com o Juizado de Pequenas Causas. Por isso, na figura desses companheiros que passaram pela Procuradoria-Geral da Justiça, na figura daquele homem extraordinário que implantou o Juizado de Pequenas Causas e na sua figura agora, queremos dizer que nós, parlamentares, que temos uma intimidade muito grande com o Ministério Público, desejar toda a sorte, toda a felicidade a V. Exa.

Cada vez que a Justiça facilita as coisas para o cidadão comum, cada vez que a Justiça se despoja da toga e vai lá na comunidade, ela está avançando e realmente está levando a justiça a quem realmente precisa.

Parabéns a V.Exa., desejo toda a sorte.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós agradecemos a presença da nossa procuradora, doutora Maria Teresa.

A Assembléia sempre teve um carinho todo especial pelo Ministério Público, tanto é que recentemente esta Casa aprovou por unanimidade o estatuto do Ministério Público. Tenho certeza que V. Exa terá um trabalho profícuo e que vai atender realmente os interesses da comunidade paranaense. Nós vamos suspender a Sessão por cinco minutos para a doutora Teresa receber os cumprimentos dos parlamentares e posteriormente ela estará no salão nobre para receber a imprensa.

Está suspensa a Sessão por cinco minutos.

(Reaberta a Sessão)

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte.

EXPEDIENTE.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 353

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER,

regime de urgência ao Projeto de Lei nº 96/2002, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, que trata da rotulação do café, comercializado no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 383

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) Sessões, da discussão e votação do item 12, Projeto de Lei nº 066/2000, de minha autoria da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 352

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, o envio de votos de congratulações à direção do Supremo Conselho Grau 33 da Maçonaria do Brasil, pela comemoração do 173º aniversário de sua fundação, e a outorga de título de cidadão honorário de Curitiba para o senhor Luiz Fernando Rodrigues Torres pela Câmara Municipal de Curitiba, ocorrido no último dia 08 de março sexta-feira às 20h00.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Pela primeira vez em 173 anos de comemoração de aniversário do Conselho acima referido foi escolhida Curitiba para sediar tão prestigiado evento.

Em função disso a Maçonaria do Paraná sente-se orgulhosa por ter tido a oportunidade de recepcionar centenas de cidadãos brasileiros que se deslocaram de suas regiões para participar desta efeméride.

REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes solicitando estudos de viabilização para abertura de estradas paralelas às já existentes em toda a malha rodoviária estadual, especialmente nas proximidades das zonas rurais, para que as máquinas agrícolas possam trafegar, visando interromper a lamentável sequência de acidentes que vêm ocorrendo no interior.

Tal iniciativa virá ao encontro dos anseios da classe produtora paranaense, que hoje encontram dificuldades para deslocar seus equipamentos agrícolas, não somente por serem mais lentos e pesados que os demais veículos, mas em especial, pela inexistência de vias opcionais por onde poderão trafegar com mais facilidade.

Este parlamentar entende que sendo o Paraná um Estado eminentemente agrícola, esta solicitação vai encontrar apoio na Secretaria de Estado dos Transportes, que certamente não ignorará esta realidade.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) ELI GHELLERE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 108/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Rodovia Deputado Tiago de Amorin Novaes a PR-180, do trecho da rodovia BR-277 ao Distrito de Junivópolis, município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O radialista, comunicador e político Tiago de Amorin Novaes, nasceu em 1º de dezembro de 1968, na cidade de Toledo, Estado do Paraná. Era filho de Jairo de Amorin Novaes e da Aldinha Porto Novaes, falecidos, e tinha uma filha, Jéssica de Amorim Novaes, de 09 anos.

Na atividade privada exerceu com competência a profissão de radialista e comunicador. Apresentava na Rádio Cidade de Cascavel e na TV Naipi de Foz do Iguaçu, o programa jornalístico "Tiago Urgente".

Iniciou sua vida pública no ano de 1996 como vereador da cidade de Cascavel, eleito pelo PPB - Partido Progressista Brasileiro, em cujo pleito obteve 2.742 votos, sendo o mais votado na sigla, ocupando no mandato a função de líder do Partido na Câmara, filiando-se mais tarde no Partido Trabalhista Brasileiro.

Aos 31 dias do mês de janeiro de 1999 renunciou seu mandato de vereador para assumir no dia 1º de fevereiro do mesmo ano, uma cadeira na Assembléia Legislativa do Paraná, graças aos 43.347 votos obtidos nas eleições de 1988, tendo recebido a maior votação já registrada para um candidato ao Parlamento Estadual, em Cascavel, conquistando 28.614 votos naquela cidade.

No exercício do mandato, foi membro efetivo da Comissão de Segurança Pública e da Comissão de Turismo. Foi também, sub-relator da CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa que investigou o narcotráfico e a comissão e o crime organizado, e da Comissão Especializada Instalada pela Casa com a mesma finalidade.

Foi autor da lei que criou a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso.

O deputado Tiago de Amorin Novaes, destacava-se pelo seu incansável trabalho de combate às drogas e ao

crime organizado, e ainda pelas veementes reivindicações em prol da segurança pública e de maior proteção à vida e ao patrimônio dos paranaenses. Nos municípios que atendia tinha seu trabalho reconhecido por prestar assistência à população reconhecidamente carente. Foi um deputado atuante e sua morte comoveu a população oestina que admirava a sua atuação. A presente proposição, visa prestar uma justa homenagem a este que foi um ilustre cidadão paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 109/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as Universidades Estaduais do Estado do Paraná obrigadas a ceder 90% (noventa por cento) das vagas em cursos de graduação para alunos residentes no Estado do Paraná.

Art. 2º - A comprovação de residência será feita através de documentação específica exigida por lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa proporcionar 90% (noventa por cento) das vagas dos cursos de graduação nas universidades estaduais para alunos residentes em nosso Estado.

O Estado do Paraná conta com cinco universidades e diversas faculdades, direcionando anualmente cerca de R\$354 milhões para estas instituições de ensino, portanto, nada mais justo que os parlamentares possam desfrutar de ensino gratuito e de boa qualidade. Afinal, são recursos oriundos de ICMS e outros impostos, pagos pelo povo do Paraná que mantém as instituições.

Atualmente as universidades públicas atendem somente 10% da demanda de alunos residentes em nosso Estado. Isto significa que 90% de nossos jovens ingressam em faculdades particulares, sem contudo deixar de pagar seus impostos.

Procurando oportunizar ascensão intelectual e social ao povo que aqui reside, trabalha e contribui com seus impostos, é que vimos solicitar aos nobres companheiros a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 110/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Alvorada do Sul, o imóvel e respectivas

benfeitorias, situado na Rua Rosa Imperatore Alves, naquele município, Comarca de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei, cuja denominação será Edifício Rosa Imperatore Alves, retorna ao patrimônio municipal, acrescido das benfeitorias a ele incorporadas, para instalação da Escola Municipal Semente do Saber.

§ 1º - O imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

§ 2º - Destinação diversa daquela estabelecida no *caput* deste artigo, tornará sem efeito a doação, revertendo o imóvel e respectivas benfeitorias nele incorporadas, ao patrimônio do Estado sem direito a qualquer ressarcimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Escola Municipal Semente do Saber - Ensino Fundamental, funciona atualmente, por empréstimo, em duas escolas distintas, sendo 05 (cinco) salas de aulas instaladas na Escola Rosa Imperatore Alves e 06 (seis) no Colégio Estadual 14 de Dezembro.

Tendo em vista a municipalização do ensino, a Prefeitura de Alvorada do Sul, que recebeu recursos da União, não pode proceder às reformas que o prédio necessita para atendimento de seus alunos porque o imóvel que abriga a escola não é de propriedade do município. Verbas destinadas à municipalidade não podem ser aplicadas em patrimônio de titularidade diversa, no caso do Estado.

Esperando contar com o apoio dos nobres pares, apresento o presente projeto de lei para ser analisado e votado por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 111/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna obrigatória a inclusão no ensino público e particular, como conteúdo do ensino fundamental e médio, da disciplina de "Prevenção ao uso e/ou abuso de tóxicos ou de substâncias causadoras de dependência química ou física".

Art. 2º - Este projeto de lei visa à formação de cidadãos conscientes dos danos e do perigo da utilização de tóxicos ou de substâncias causadoras de dependência química ou física.

Art. 3º - A disciplina "Prevenção ao uso e/ou abuso de tóxicos ou de substância causadoras de dependência química ou física" deverá permanecer, como parte diver-

sificada, no currículo em mais de uma série, baseada na bibliografia especializada.

Art. 4º - As aulas deverão ser ministradas pelos próprios professores da rede estadual e particular de ensino.

Art. 5º - O projeto estabelece que a capacitação, orientação e supervisão ficarão a cargo da Secretaria Estadual da Educação, da Secretaria Estadual da Saúde, da Secretaria da Criança e Assuntos da Família e da Secretaria da Segurança Pública.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo proteger e garantir um futuro melhor para as crianças e os adolescentes paranaenses. A disciplina visa a integração entre os professores, órgãos competentes e a comunidade para a prevenção ao uso de drogas que, para a insatisfação da população, elevam os índices de criminalidade.

O álcool, como uma substância que gera a dependência química, é o maior responsável pelos acidentes no trânsito. Um dos objetivos dessa disciplina é a redução desses acidentes pois, além de causar inúmeros danos para a população, proporciona um enorme prejuízo no cofre público.

A sociedade poderá atuar juntamente com a Secretaria da Segurança Pública denunciando atividades de tráfico ou qualquer outra ilícita.

A disciplina mostrará os perigos e as consequências maléficas que o álcool e as drogas podem causar, como crimes, acidentes e outros.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 112/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Morretes, um lote de terreno com 10.500,00 m² (dez mil e quinhentos metros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: Frente: confrontando com a faixa do DER - PR/441 - Km 60, São João da Graciosa - Morretes, medindo 150m (cento e cinquenta metros); Fundos: confrontando com terreno remanescente, pertencente à CIA Comercial São Paulo - Paraná (ex-Usina Morretes S/A), medindo 150m (cento e cinquenta metros); Lateral Direita: confrontando com o terreno remanescente, pertencente à CIA Comercial São Paulo - Paraná (ex-Usina Morretes S/A), medindo 70m (setenta metros); Lateral Esquerda: confrontando com o terreno remanescente, pertencente à CIA Comercial São

Paulo - Paraná (ex-Usina Morretes S/A), medindo 70m (setenta metros), e demais benfeitorias, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Morretes sob as matrículas nº 1598 e 794.

Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para a instalação do Batalhão da Polícia Florestal e para a instalação da Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei vem contemplar uma reivindicação da população e da Prefeitura Municipal de Morretes. O imóvel objeto desta lei, pertencia ao município e em 1982 foi doado à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, órgão da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, hoje Instituto de Saúde do Paraná.

Como o Instituto de Saúde não está utilizando o imóvel e a prefeitura tem carência de espaço para instalar um Batalhão da Polícia Florestal e um local apropriado para instalar a Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes, veio por bem solicitar a reversão do imóvel para que ele seja melhor utilizado.

Por se tratar de matéria de elevado grau de mérito, conclamamos os nobres pares desta Casa de Leis, a unirem-se em apoio à presente iniciativa, medida que em muito ajudará o município de Morretes a melhor utilizar essa área.

PROJETO DE LEI Nº 113/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros: Jardins Independência 3ª Parte, Escala, Ouro Preto e Conjunto Casa da Família, com sede e foro no município de Sarandi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A proposutura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos

dos Bairros: Jardins Independência 3ª Parte, Escala, Ouro Preto e Conjunto Casa da Família, com sede e foro no município de Sarandi, entidade de caráter representativo, reivindicatório, beneficente, educativo e esportivo, visando a solução dos problemas do bairro e contribuindo para a promoção da pessoa humana.

A associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 24 de agosto de 1980, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 114/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar o terreno registrado sob o nº 4.298 do Livro nº 3-G, às folhas 99/100, que se encontra na quadra 48-B, na cidade de Jandaia do Sul, área de 1.448,12m2 com frente para a Praça do café, esquina com a Rua Dr. Clementino Schiavon Puppi, sem numeração oficial.

Art. 2º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade que o Tribunal de Justiça faça a cessão de uso para que nesse local possa ser instituído o fórum da cidade de Jandaia do Sul, a fim de que este possa estar prestando melhor entendimento à população jandaiense e a todos da região que necessitam desse serviço.

Pela importância ressaltada, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do secretário de Planejamento Urbano de Maringá, Samir Larsh e também a presença do vereador de Araucária e candidato a deputado estadual pelo PT, Jorge Zimermann.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do prefeito de Roncador, doutor Odilon Andrioli Gonçalves, do prefeito de Campina da Lagoa, doutor Paulo Gonçalves e do dou-

tor Francisco Gonçalves, advogado que milita naquela região.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos anais desta Casa.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Para registrar a presença do ex-deputado Sabino Campos, nosso companheiro de tantos anos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças.

Consulta a liderança do PL, do PSC, PSL.

Declinam.

No Horário do PDT, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados.

A Câmara Municipal de Londrina, nos primeiros dias de fevereiro, em função da grave dificuldade em relação à segurança que vive a região de Londrina e região metropolitana, resolveu capitanejar junto à sociedade organizada daquele município e criar o fórum permanente de segurança. Tem como finalidade buscar soluções imediatas para os altos índices de criminalidade na cidade. E deste fórum saíram várias decisões, tanto de proposta, como também de proposta ao governo do Estado.

Isso se deu, por quê? Porque a nossa região, a despeito de todo o esforço feito pelo secretário, que é de Londrina, vive momentos de extrema dificuldade. Hoje, temos o segundo maior índice de assassinatos.

O ano passado, somente dentro de Londrina, ocorreram 106 assassinatos, de forma violenta, na maioria deles e entre eles, jovens de 16 a 25 anos, na sua grande parte, motivados por roubo, tráfico de drogas e às vezes até por banalidades em que a vida do cidadão está se transformando.

Esse estado de coisa, precisa urgentemente ter um ponto final, porque em dezembro a atual administração, o governo, entregou uma cadeia pública e, o próprio governo achou que pelos próximos dois anos estaria equacionada a situação e que os quatro distritos que antes serviam como prisões provisórias não teriam mais esse problema. Hoje, só em dois distritos policiais, deputado Ademir Bier, tem 170 presos. Então, em menos de quatro meses, a capacidade da penitenciária foi completamente tomada, os distritos que antes foram desativados, hoje já retomam ao vício anterior e estamos vendo a sociedade londrinense e norte paranaense com sérias dificuldades.

A coordenação do fórum propõe como ações de abrir canais de comunicação entre a população: avaliar juntamente com o comando da Polícia, a possível implantação de projeto de política comunitária, com efetivo sufi-

ciente para atendimento à população; desenvolver campanha de desarmamento na cidade; realizar seminário específico para tratar do cumprimento do estatuto da criança e do adolescente e das funções de competência dos órgãos públicos, dos conselhos tutelares e do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator.

E aqui, mais do que necessário, porque o ECAD não é bem compreendido pela sociedade e muito menos cumprido pelo próprio organismo de segurança.

O estatuto da criança e do adolescente não é em nenhum momento para proteger, dar guarida e sustentar futuros marginais, mas sim, para proteger a criança em situação de risco. Está se dando ao adolescente imputabilidade.

Estabelecer parcerias com órgãos públicos, municipais e estaduais que visem ao atendimento da criança, porque em grande parte dos problemas havidos e ocorridos na área de segurança estão envolvidos jovens e até pré-adolescentes.

Envolver a região metropolitana de Londrina no projeto de luta contra a violência, pois nada adianta estabelecermos práticas políticas para o município de Londrina, se não estiver ao mesmo tempo, atendendo ao município de Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia e Jataizinho, que são as áreas mais conturbadas.

Essa é uma proposta que traz o Fórum Permanente de Segurança de Londrina, que é essencialmente aceita por todos os envolvidos na região.

Cobrar informações da Secretaria da Segurança Pública sobre ações e investimentos nesse setor; cobrar ações da Secretaria da Ação Social, para que cumpra o papel; desenvolver campanhas para que cada empresa de Londrina crie pelo menos um emprego para o adolescente, na condição de estágio remunerado; desenvolver junto aos veículos de comunicação campanha de ações positivas de combate à criminalidade e sugerir à Igreja e organizações afins, a valorização da vida, porque o que estamos verificando é a banalização da vida.

Por qualquer coisa está se matando, por qualquer coisa se está tirando a vida, sem o mínimo compromisso com ela, e até sem muito ter consequência do que vale a vida.

Então, há nesse espaço, também o espaço da criação, da consciência do cidadão. E cobra, por outro lado, do governo, ações de organismo responsável pela elaboração de mapeamento, diagnóstico, dos indicadores de criminalidade em Londrina e na região; deslocamento e permanência de um policial militar para cada porta de escola.

Grande parte dos nossos problemas, os pais e mães, hoje, não têm mais a situação de tranquilidade de encaminhar os seus filhos para as escolas, porque bem próximo da escola, com certeza tem um traficante, tem alguém repassando a droga, e nós não podemos permitir que a nossa juventude seja sugada e coloque-a em uma situação de tão alto risco, como estamos colocando, e só

por uma razão: por falta de uma força de fiscalização, de punição e de acompanhamento da própria polícia.

O Sr. Waldyr Pugliesi

Concede-me um aparte deputado?

(Assentimento)

Nobre deputado, o grande pensador espanhol, Namuno (*sic*), dizia o seguinte: “O homem é ele e mais a sua circunstância”.

Tenho visto aqui, repetidas vezes, o deputado Neivo Beraldin puxando a orelha daqueles que não prestam atenção nos pronunciamentos que ele faz.

E hoje, estou surpreso porque o deputado Neivo Beraldin, de costas para V. Exa. fica desmentindo tudo aquilo que ele prega quando está na tribuna.

Então, o Namuno estava com a razão.

Nobre deputado, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado.

A implantação de modelo integrado à Segurança Pública, por meio de instalação de centrais computadorizadas, e hoje, em uma rápida visita que fiz ao Secretário da Segurança Pública, o ex-deputado José Tavares, ele dizia que o único município que está informatizado dentro do sistema de segurança do Estado do Paraná, é o município de Curitiba.

Que ele está indo para Londrina, nos próximos dias, para levar até lá, 70 computadores.

Ora, depois de nós termos toda essa situação avolumada na crise da segurança, agora que estamos interiorizando a informatização, senhor presidente.

É sem dúvida, uma ação das mais necessárias, das mais urgentes, que se faça a informatização e que em tempo real possam ter acesso àqueles que realmente, à margem da lei estão.

Senhores deputados, senhor presidente, nós, mais do que nunca, precisaremos, com certeza, de termos uma polícia que faça a defesa da sociedade e especialmente, da nossa juventude, porque a situação está a um fio de ruir todo o tecido social que sustenta a sociedade.

E aqui hoje, só para concluir, a Gazeta do Povo estampa: “Cansados dos roubos, comerciantes lançam programas para se defender”.

A sociedade está se vendo na contingência e se quiser continuar com as suas atividades, setores dela estão precisando constituir polícia paralela, segurança paralela para que possam ter as suas atividades econômicas em andamento.

Muito obrigado pela tolerância do tempo, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PT, PPB.

PMDB, deputado Orlando Pessuti.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem)

Senhor presidente, só queria anunciar a presença do senhor Percy Fontoura, suplente de deputado federal, que teve uma expressiva votação na última eleição e está aqui nos dando a alegria da sua presença, ele, o seu assessor senhor Elías da cidade de Guaíra.

Gostaria que ficasse constado nos anais da Casa, a presença dessa ilustre pessoa, nosso companheiro de batalha.

Também a presença dos senhores Fuji e Luís Nishimori, empresários da cidade de Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado a presença de importantes visitantes e ao meu amigo Perci, de vinte anos, as boas-vindas da Casa.

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Inicialmente quero também me somar ao nosso líder, Waldyr Pugliesi, quando registrou a presença do nobre companheiro, deputado Sabino Brasil Nunes de Campos e dizer que, sem sombra de dúvida, o Sabino, que agora está ali na Liderança tomando um cafezinho, é uma das figuras que mais engrandecem este parlamento e na seqüência a administração pública, já que ocupou função pública dirigindo a Companhia de Fomento Agropecuário do Paraná, a Codapar. O Sabino realmente é uma pessoa das mais trabalhadoras que conheci nesta Casa e uma pessoa sempre muito determinada nas coisas que buscava fazer.

E quando eu falo do Sabino, engenheiro agrônomo, eu não posso deixar, senhor presidente, de vir aqui hoje, em nome do meu pessoal, na condição de médico veterinário e presidente do bloco agropecuário, e também em nome da nossa bancada do PMDB e tenho certeza que de todos da Bancada de Oposição, do Bloco Independente e até mesmo da Bancada do Governo, registrar que no dia de hoje foram reiniciadas as atividades dos profissionais funcionários da Secretaria da Agricultura que se encontravam em greve geral desde o dia 4. E esta greve geral, senhor presidente, sabe muito bem V. Exa., que foi secretário de Estado da Agricultura, ela, de pleno, se justificava. De pleno! Porque afinal de contas, o governo do Estado há muito tempo vem se comprometendo a promover melhorias salariais, como se comprometeu no final do ano passado em mandar a esta Casa o Plano de Cargos, carreiras e Salários dos Funcionários da Secretaria da Agricultura.

E falo a respeito disso, porque, afinal de contas a greve foi suspensa, as atividades foram reiniciadas não tanto por aquilo que o governo concedeu nos últimos dias, na forma de gratificação especial, mas e principalmente pelo nível de consciência e de compromisso que têm os profissionais não só da área de fiscalização, do Defis, os agrônomos, veterinários e técnicos, os auxilia-

res, não pelo nível de consciência que têm os nossos colegas da área administrativa do Deral ou da área administrativa de um modo geral, porque afinal de contas, senhor presidente, não fosse esse nível de consciência e de compromisso que têm os profissionais da Secretaria da Agricultura e que em muitas oportunidades foram por V. Exa. referenciados como os melhores técnicos deste País, não fosse por essa consciência tenho certeza que a greve não teria terminado, porque, afinal de contas, aquilo que o governo deu agora na forma de um abono, de uma gratificação especial não atende, nem de longe, as reivindicações desses profissionais, desses funcionários da Secretaria da Agricultura.

E, diga-se de passagem, senhor presidente, V. Exa. que foi secretário de lá, sabe disso, é uma das Secretarias que tem um dos menores números de servidores e é, sem sombra de dúvida, a Secretaria que, aliada a mais umas duas ou três, tem a maior importância para todos nós, porque é responsável por praticamente 1/3 do PIB, que é o agronegócio todo que se desenvolve dentro do Estado do Paraná.

Então, senhor presidente, quero enaltecer esses profissionais da área de fiscalização, da área administrativa, os técnicos administrativos pela disposição, pela demonstração de paranismo, pela demonstração de que sabem da responsabilidade que têm e da importância que tem o seu serviço. E fazer, realmente, um apelo para que o governo se sensibilize com as reivindicações, já que eles estabeleceram o fim da greve, mas vão continuar aguardando o Plano de Cargos Carreiras e Salários, vão buscar a eliminação do redutor salarial, vão buscar a melhoria ou a compensação salarial para os 99 servidores. Veja bem, 99 servidores que foram excluídos, ou seja, não foram contemplados com a gratificação de encargos especiais de 100%! E vão buscar, evidentemente, senhor presidente, o concurso público para a reposição de pessoal, tão logo se implemente o PCCS.

E quando falo em concurso público, lembro-me das vezes que o deputado Cezar Silvestri aqui se manifestou, que o deputado Augustinho Zucchi, que outros parlamentares já se manifestaram, dizendo da necessidade que temos de completar esses espaços vagos ainda hoje, completar essas funções públicas, ainda vagas na área de fiscalização, principalmente porque V. Exa. sabe do trabalho que teve que desenvolver o Paulo Pimentel, lá em 1965, sabe o que teve que fazer para iniciar a campanha de erradicação da febre aftosa, depois a erradicação da peste suína, da doença de New Castle. Quer dizer, tudo isso se fez e tudo isso pode se perder, senhor presidente, porque mais um vez medidas e barreiras sanitárias estão sendo colocadas na nossa fronteira com a Argentina, por quê? Porque a ameaça da febre aftosa se faz presente!

Então, que essa demonstração de paranismo, de compreensão, de altruísmos, de grandeza, dos servidores da Secretaria da Agricultura sirva como estilo para que o Governo cumpra a palavra empenhada, não só com eles, mas com o ex-secretário Poloni, com V. Exa. que esteve à

frente dessas reivindicações de que mandariam no mês de fevereiro o PCCS, para a Assembléia Legislativa.

E peço a V. Exa., senhor presidente, e ao líder Durval Amaral, que tem a função de representar o governo, que identifique se verdadeiras são as informações de que o secretário, o doutor Ricardo Smith, estaria por aí a afirmar que não manda para cá o plano de cargos, carreiras e salários porque os deputados não teriam boa-vontade em aprovar um Plano de Cargos, Carreiras e Salários só para os funcionários da Secretaria da Agricultura. E isso, de certa forma, está causando um certo desconforto, em especial aos parlamentares da Base do Governo, perante os funcionários da Secretaria, porque pelo menos cinco ou seis vieram dizer para mim: “É verdade, Pessuti, que a Assembléia Legislativa não quer aprovar o PCCS para os deputados?”

- Mas, quem disse essa asneira?

- “O Secretário da Administração falou isso.”

Não posso assegurar porque não ouvi, senhor presidente.

Então, eu gostaria que V. Exa., como nosso representante maior do Legislativo Estadual, pudesse, se fosse o caso, esclarecer isso para os funcionários da agricultura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar a V. Exa. não é uma posição da Assembléia ou dos senhores parlamentares. Eu sempre coloquei, se viesse para a Assembléia, nós aprovaríamos em uma semana. É a posição pessoal do secretário que, inclusive, estamos contestando.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado pela informação.

E com a compreensão de V. Exa, eu concedo inicialmente ao deputado Cezar Silvestri, e depois ao deputado Augustinho Zucchi, que me pedem um instante para me apartear.

O Sr. Cezar Silvestri

V. Exa. deputado Orlando Pessuti, eu quero me somar ao seu pronunciamento. V. Exa. recordava com precisão, tanto eu, como o deputado Augustinho Zucchi, e V. Exa. mesmo já alertava da preocupação que existe no setor produtivo do Estado do Paraná quanto à falta de técnicos.

Eu sempre fui contrário, nunca estimei nenhum tipo de greve e principalmente a greve nesse setor é extremamente prejudicial, e o prejuízo é muito grande para o setor produtivo.

Então, eu quero aqui, tenho certeza que em nome de todos os produtores paranaenses, agradecer aos nossos técnicos da Secretaria da Agricultura por terem essa visão e a grandeza de acabarem rapidamente com a greve.

Agora, há necessidade, sem dúvida nenhuma, da abertura de concurso público, visto que a Secretaria da

Agricultura não contrata técnicos há muito tempo e o que é pior, há dias perdeu um grande número de técnicos quando houve um concurso do Ministério da Agricultura. Está sujeito o Paraná perder todos os avanços que conseguiu nos últimos anos com a questão da erradicação da febre aftosa, do aumento significativo que nós estamos tendo na exportação de carne, principalmente carne bovina agora no último ano, mas nem se falando na suína e também nos frangos, enfim, há necessidade de contratação.

Agora, o que é importante ficar claro é que o governo hoje não tem mais argumento nenhum que justifique para não dar aumento e não estabelecer o plano de cargos e salários para os funcionários da Secretaria da Agricultura.

Esteve aqui há alguns dias atrás o Secretário da Fazenda, senhor Ingo Hübert e fez um relato da situação do Estado do Paraná aonde ele dizia que o Estado do Paraná, que para mim não convenceu, estou questionando os números ainda, mas perante a opinião pública, tanto ele quanto o próprio governador tem demonstrado, tem procurado demonstrar que o Estado do Paraná está numa situação privilegiadíssima, que é um dos estados da Federação que está em melhor situação financeira. Então, está faltando vontade política por parte do governo. Se o governo do Estado está numa situação financeira tão boa quanto se diz, por que não dar um aumento justo para os funcionários da Secretaria da Agricultura e para o funcionalismo público do Estado do Paraná como um todo?

O Sr. Augustinho Zucchi

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Pessuti, agradeço o aparte que V. Exa. me concede e apenas quero me somar ao seu pronunciamento até como funcionário licenciado que sou, da Secretaria da Agricultura.

Eu acho que mais ou menos na linha que falou o deputado Cezar Silvestri, temos que trabalhar no sentido de que haja uma determinação e uma consolidação do plano de cargos e salários do quadro da Secretaria da Agricultura, de funcionários. Se não, me parece que o governo está fazendo o seguinte, deputado Pessuti, quem faz greve e etc e tal e impressiona, aquela coisa, então vem a bonificação. Bonificação é uma forma obviamente de ajuda na questão salarial, mas eu acho que o mais importante é o seguinte:, a Secretaria tem um quadro próprio, como as outras têm, que tem um trabalho próprio no Estado. Então, eu acho que seria importante nós não perdermos de vista e reivindicarmos ao governo do Estado que encaminhe à Assembléia Legislativa e até gostaria de agradecer e não poderia ser diferente o posicionamento do presidente Hermas Brandão, ele que foi nosso secretário de Estado da Agricultura e que, em vindo para cá esta proposta, nós poderíamos aprová-la rapidamente, porque o Estado realmente, parece-me que esta é a posição, inclusive registrada aí na própria prestação de contas por

parte do governo de que há (?) um equilíbrio nas suas finanças, nós poderíamos ter sim, esse plano de cargos e salários do quadro próprio da Secretaria da Agricultura e apenas dizer que, embora com alguns sacrifícios, os funcionários voltaram ao trabalho, reconhecendo, deputado Pessuti, a situação e a importância que tem o trabalho dos técnicos da Secretaria da Agricultura, do seu quadro administrativo, enfim, da nossa Secretaria da Agricultura que fez a execução de inúmeros projetos no Paraná, independentemente de governo e que foram projetos importantíssimos para o desenvolvimento do nosso Estado.

Eu me somo ao pronunciamento de V. Exa. que com certeza absoluta eu acho que é a opinião de todos os deputados desta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Pessuti, eu acho que é importante lembrar que bonificação pode se dar hoje e tirar amanhã. Não incorpora no salário. Então, eu acho que o que os funcionários querem realmente é o plano de cargos e salários.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu peço a compreensão de V. Exa., o deputado Neivo nos pede também um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu peço a V. Exa. e ao deputado Neivo Beraldin também que sejam rápidos, porque nós temos uma Sessão Extraordinária hoje.

O SR. NEIVO BERALDIN

Deputado Pessuti, parabéns pelo pronunciamento. V. Exa. sobe à tribuna para falar de um segmento trabalhador que são os funcionários da Secretaria da Agricultura.

Agora, V. Exa. deputado Cesar Silvestri, dizia se o governo tem caixa para dar aumento ou não. Eu acho que o governo tem que demitir alguns cargos em comissão para poder dar margem para dar aumento àqueles que merecem, visto que o Executivo tem 49% dentro da lei de Responsabilidade Fiscal e ele passou em 52% com pessoal.

Então, na verdade o governo fica dizendo que tem dinheiro e que o Estado está bem, sendo que ele já passou do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele deve estornar algumas despesas, diminuindo cargos em comissão e dando a quem merece, que são os técnicos.

Parabéns a V. Exa. e a todos os deputados que atuam, paralelamente, junto com os funcionários da Agricultura, que fazem um belo trabalho para o povo do Paraná e que ganham pouco.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, concluo reafirmando mais uma vez, a necessidade que todos nós nos somemos a essa reivindicação, na qual existe esse plano de cargos, carreiras e salários.

V. Exa. e nós, que somos oriundos da Emater - hoje estamos vinculados à Assembléia Legislativa -, temos a nossa origem na Emater, a exemplo dos deputados Augustinho Zucchi, Sabino, que foi extensionista, do deputado Furiati e de tantos outros que aqui passaram. A gente cada vez que anda por esse interior, por exemplo, nós, agora, andando pela CPI do leite, vemos a importância dos técnicos da Secretaria da Agricultura, da Emater, do Iapar. Quando a gente vai no "Show Rural", em Cascavel, em Umuarama, em Paranavaí, junto com o deputado Miltinho Pupio; na Expodiname, na Região de Londrina; em Astorga; em qualquer lugar que você vá, que tenha a presença da Secretaria da Agricultura, do Iapar e da Emater, vê a olhos lindos aquilo que se faz no Paraná, através das mãos desses valorosos profissionais. O Paraná é o mais importante em produção agropecuária e não pode ser esquecido.

Agradeço a V. Exa. pela tolerância. Vamos continuar a nossa luta!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Pessuti, V. Exa. conhece a nossa estima e o respeito que temos, por toda a equipe da Secretaria da Agricultura. Pelo seu brilhante trabalho, da Secretaria e de seus funcionários, conseguimos junto à Organização Mundial de Epizootias, que o Paraná se transformasse, novamente, zona limpa para exportação.

Hoje, o Brasil é o segundo exportador mundial de aves. O Paraná tem uma participação de mais de 40%, nessa exportação. São conquistas importantes. O setor de aves, no ano passado, no Paraná, cresceu 11%. A previsão esse ano é de 22%. Não tem nenhum segmento, na história mundial da economia, que cresceu 22%. Isso se deve muito ao trabalho dos nossos técnicos da Secretaria da Agricultura. Eles merecem um trabalho nosso e uma pressão nossa junto ao Poder Executivo.

Estamos fazendo isso diuturnamente, para que resolvamos essa questão!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança, PFL. Concedo a palavra ao deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres pares, senhoras e senhores: venho a esta tribuna para falar sobre um problema polêmico que está colocando em jogo o futuro da agricultura do Paraná, no que tange ao cultivo da soja.

Hoje, o jornal Folha do Paraná traz na sua página de economia, a seguinte manchete: "produção de transgênico no Oeste vai ser destruída. Exames confirmam o cultivo de sementes proibidas, em uma propriedade, em Toledo. Caso passa para investigação da Polícia Federal. Naquela região, um agricultor, por nome de Marcelo Velter plantou uma área, em torno de dez alqueires de soja transgênica. Agora, essa soja está sendo colhida, acompa-

nhada pela Polícia Federal e o Ministério Público. Essa área que está interditada, há cerca de dez dias, com a colheita, o proprietário poderá ser multado ou até mesmo preso, porque está contrariando uma medida judicial, que impede a comercialização desses produtos, no País. O plantio de alimento transgênico está proibido no Brasil."

Apesar dessa proibição, acho que não poderia me omitir, por uma questão de consciência. Nós, que pertencemos à base ruralista, aqui. Vários companheiros nos acompanharam a uma viagem aos Estados Unidos, patrocinada pela Faep. Estivemos no cinturão do milho, nos Estados Unidos e vimos que lá o plantio da soja transgênica passa de 50%, de toda a sua extensão. Os Estados Unidos é são o maior produtor de soja do mundo, produz quatro vezes mais soja do que o Brasil e utiliza da soja transgênica, que no ver desses técnicos e agricultores é um avanço da biotecnologia.

Acho que esta matéria, senhor presidente, nobres pares, daqui há alguns anos vai ser motivo de chacota para todos nós quando um agricultor que planta transgênico é cercado no seu direito, podendo até ser preso.

Sabemos que os avanços aí estão, a ciência está correndo, tanto que no dizer de um filósofo: o agora pode estar atrás de nós, e não podemos deixar de reconhecer que avanços da tecnologia, que vem baratear o custo de produção, que vêm dar mais conforto e mais produtividade, não podem ser tratados desta forma.

Nós temos um projeto aqui na Assembléia em que a soja transgênica precisa ser produzida pelo menos para efeito de pesquisa.

Nós não podemos nos alijar dos avanços tecnológicos, dos avanços da biotecnologia, porque isso retarda mais ainda com a nossa condição de 3º mundo.

O Brasil produz 1/4 do que produz os Estados Unidos e é o segundo maior produtor do mundo. A soja todo mundo sabe, é aceita pelo mundo todo. Já debatemos isso nos Estados Unidos, na Europa também, e tivemos lá um parecer interessante, que o maior problema dos europeus, principalmente em Paris, onde discutimos isso, na embaixada, é que o preço é o mesmo. Quer dizer, se o preço fosse diferenciado talvez os consumidores consumiriam o transgênico.

Agora, para o produtor em média, isso é muito polêmico, fica de 12 a 15% mais baixo o custo da produção.

Eu sei que é polêmico, tem alguns colegas que pensam diferente, até vou dar o aparte, porque eu não vim aqui defender. Eu vim defender sabe o quê? Um avanço tecnológico, porque acho que é um absurdo hoje em pleno século XXI, estarmos prendendo um cidadão brasileiro que está plantando uma soja que é plantada nos Estados Unidos, o país mais avançado em termos de tudo que se produz no mundo. Os Estados Unidos é são o primeiro, a Argentina, nossa vizinha também produz quase 100% da soja transgênica, e um lavrador avançado do nosso Oeste está lá sujeito a uma prisão, porque plantou 10 alqueires de soja transgênica.

Concedo um aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Acho que não há discordância muito grande entre o seu pensamento e o meu. Logicamente que o Brasil deveria exigir inclusive dos seus fregueses, no caso específico da soja, principalmente os países da Europa, um tratamento diferenciado para que ele possa permanecer fornecendo a soja tradicional.

Eu não posso somente concordar: existe uma legislação proibindo o uso de soja transgênica. Concordo plenamente que deveríamos abrir para a pesquisa, para que não fiquemos ultrapassados no tempo, até porque o único setor que nós conseguimos competir de igual para igual, com os Estados Unidos ou qualquer outro país do mundo, é exatamente na agricultura, sendo mais específico, na sojicultura, em milho nós estamos bastante atrasados, mas na sojicultura nós competimos de igual para igual, a produtividade brasileira praticamente é a mesma que a americana, e logicamente que nós não podemos perder esta condição que alcançamos com muito trabalho, com muita luta.

Agora, eu defendo que o Brasil realmente possa ser um país diferenciado no resto do mundo, mas para isso ele precisa ter a compreensão! Nós não podemos continuar plantando soja tradicional enquanto como V. Exa. falava muito bem, não somente os Estados Unidos, mas hoje a Argentina e diversos outros países produtores de soja, passam a produzir a soja transgênica e recebem o mesmo preço que nós, até porque o custo de produção é 12%, 15% menor. Mas, a agilidade, a facilidade que traz ao agricultor a utilização da soja transgênica é muito grande.

Enquanto se faz duas ou três aplicações de herbicida, você com apenas uma aplicação, você simplesmente não tem mais preocupação com a lavoura.

Acho, realmente, que é uma medida que deve ser tomada: ou o Brasil se impõe perante o mercado internacional exigindo um preço diferenciado, ou realmente, tem que aprofundar a discussão, ver se não traz problema à saúde. Se não trouxer, abrir o mercado para a produção de soja transgênica!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço o seu aparte, deputado Cezar Silvestri que pensa igualmente a nós.

Concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Eu sei que é um assunto bastante polêmico, mas acho que nós temos que agir com bastante cautela com relação à questão da soja transgênica.

Há poucos dias atrás a China, maior importador de soja do mundo, colocou uma exigência para os Estados Unidos de que teria que haver certificação do produto para a importação e a soja brasileira concorre hoje, em

igualdade de condições de produtividade e qualidade com a soja dos norte-americanos, com uma diferença: lá eles subsidiam na origem, e aqui, não.

A gente tem que ter cuidado pelo seguinte: Agora os Estados Unidos trouxeram uma proposta para o Brasil que é algo assim preocupante. Estão querendo pagar o produtor brasileiro para não plantar soja, oferecendo 2 dólares a saca, para quem deixar de plantar.

Veja com extremo cuidado essa questão, acho que não é hora de nós realmente liberarmos a questão da soja transgênica, porque o domínio tecnológico que tem os Estados Unidos nos colocaria imediatamente numa dependência bastante grande e posteriormente poderia os Estados Unidos, por exemplo, tomar conta novamente do mercado que não está conseguindo fazer com a soja brasileira.

Acho que o diferencial que nós estamos tendo é a possibilidade de vender a nossa soja no Mercado Comum Europeu, que não aceita a soja transgênica, e nós estamos produzindo de igual para igual.

Embora seja questionável a questão do custo de produção, por outro lado, é importante- deixo apenas para reflexão não vamos aqui polemizar, apenas dizer o seguinte: Acho importante ter um extremo cuidado com relação a esta questão da soja, porque o Brasil é o único país capaz de surpreender o mundo na condição de produção da agropecuária. Está fazendo isso com o frango, que disse aqui o deputado Hermas Brandão, está fazendo com o suíno e com a soja numa condição de produção desigual, com relação aos Estados Unidos.

Acho que nós temos que cuidar lá, porque aqui não podemos, apenas e tão somente porque eles querem que todo o mundo se iguale no mundo, nós daqui a pouco transformaremos a nossa produção, numa produção alinhada tecnologicamente com os Estados Unidos e, posteriormente para que eles possam determinar, inclusive, a questão do valor de mercado.

Esta é a minha opinião. Deixo este ponto de inter-rogação, para que a gente possa discutir mais adiante.

O Sr. Cezar Silvestri

Só complementando, eu acredito que é importante lembrar que o Brasil tem que ser mais rigoroso também na questão do controle da importação de produtos agrícolas de outros países. Enquanto nós não podemos produzir a soja transgênica, nós estamos importando, e agora na CPI do Leite foi levantado, estamos importando leite de países da Europa, aonde as vacas são tratadas com farelo de soja transgênica.

Então, se faz mal para a saúde, de repente, nós estamos importando carne da Argentina usando produto transgênico na alimentação do gado; o leite, da mesma forma!

Então, nós temos que proibir a importação desses produtos dos países que usam soja transgênica também, se não nós estamos sempre correndo contra a maré, ou seja, uma concorrência totalmente desleal.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Está aqui registrado neste momento histórico, que um agricultor nosso pode ser preso por estar plantando soja transgênica!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB, PTB.

Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, eu queria, com muito pesar, anunciar a esta Casa, o falecimento da senhora Rosa Maria de Carvalho, conhecida como dona Rosinha, esposa de um dos maiores líderes que a Igreja Evangélica Assembléia de Deus conheceu no Brasil. José Pimentel de Carvalho é hoje, um ícone dentro da Igreja Evangélica.

Depois da Igreja Católica no Brasil, todos sabem que a Assembléia de Deus é a igreja de maior número de fiéis e vem realizando ao longo dos seus 90 anos, um trabalho efetivo, um trabalho muitas vezes silencioso, porque ela é orientada ao que o que a mão esquerda faz a direita não deve saber e por isso mesmo nós perdemos uma divulgação que muitas vezes nos é dada de direito e com a entrada de novas igrejas com filosofia e pensamentos diferentes, acabam nos colocando nas mesmas condições dessas outras igrejas.

Não estou tecendo nenhuma crítica, porém, só querendo afirmar que não é a postura da Assembléia de Deus, a forma com que algumas igrejas pedem dinheiro. Não há crítica da nossa parte; apenas é a nossa maneira de ser e de trabalhar.

Quero salientar que o falecimento da senhora Rosa Maria de Carvalho, que esteve casada com o senhor José Pimentel e completaria 64 anos de casada. Nasceu no dia 08 de junho de 1918, 84 anos de idade, na cidade de Valença. Chegou em Curitiba no dia 6 de março de 62. Há 40 anos conosco, aqui em Curitiba, ao lado desse grande homem, José Pimentel, que mudou o perfil do crescimento na metodologia, no trabalho, na sua vocação espiritual, na construção do ser interior.

Sabemos que o nosso trabalho aqui na Assembléia Legislativa, é ajudar a administrar, fiscalizar, acompanhar, gerir e gerar leis para que o nosso Poder Legislativo possa trazer a melhor qualidade de vida, desenvolvimento do nosso Estado, no nosso país, das nossas cidades, mas sabemos que paralelamente ao trabalho que as nossas autoridades fazem, existe o trabalho que a Igreja vem fazendo de forma silenciosa, indo aos presídios recuperar aquilo que a penitenciária, as celas, as grades não conseguem fazer. Já é ponto comum que penitenciária hoje tem sido uma verdadeira escola do crime, um lugar onde não recupera ninguém, mas o trabalho das igrejas, desses anônimos pregadores, faz com que as pessoas sejam reintegradas à sociedade.

Vemos exemplos dos grandes bandidos, Escadinha, o Rogerinho-Pixote, do Borel e tantos outros exem-

plos que foram transformados pelo poder da palavra de Deus.

Fica aqui, com muito pesar, a minha homenagem a Rosa Maria de Carvalho que esteve ao lado de José Pimentel de Carvalho, 64 anos e 40 anos dedicados à nossa cidade de Curitiba.

Rendo as minhas homenagens a esta mulher que foi baluarte na ajuda e construção do ser humano.

Peço, neste momento, que a Presidência envie à família os votos de pesar e a nossa homenagem a esta mulher.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero, na verdade, fazer uma homenagem. Uma homenagem que faço à Presidência, mas que acaba atingindo a todos nós deputados.

Temos, finalmente, na Assembléia Legislativa, uma biblioteca. Pouca gente sabe que tem uma biblioteca na Assembléia Legislativa. Ela ainda não está completa mas está em avanço. E sou um que vasculha nossa biblioteca. Entre as preciosidades que descobri lá, deputado Pessuti, todo mundo diz que o pior governador da História do Paraná, quem foi? Haroldo Leon Perez. Tem lá um livro chamado - Os Governadores, entrevista dos ex-governadores. O deputado Luiz Carlos Zuk aparece entrevistado, está registrado lá no livro na nossa biblioteca e tem, também, este livro - página 513, que o Governo Haroldo Leon Perez considerado corrupto, o pior governador do Estado do Paraná - por todos os políticos, durou 8 meses. Foi ele o responsável pela nomeação, pela primeira vez, do governador do Estado do Paraná, que se não é o pior, é o segundo pior, porque o Haroldo tem a preferência. E vai durar os mesmos 8, só que 8 anos.

É só essa curiosidade histórica que a nossa biblioteca revela, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Gostaria só de fazer um comunicado à Casa.

Tivemos, hoje, pela manhã, uma equipe de deputados numa visita oficial ao prédio do Fórum de Curitiba. O Presidente da CPI - deputado Duílio Genari; deputado Marcos Isfer; Antonio Belinati e Eli Ghellere. E constatamos, naquela obra, além das irregularidades que já eram previstas, que no subsolo do prédio do Fórum, tem uma grande quantidade de água parada. E sabemos do esforço que o governo do Estado vem fazendo, que a Secretaria da Saúde vêm fazendo para mobilizar toda população no combate ao mosquito da dengue, e temos, aqui, em frente à Assembléia Legislativa, numa obra de responsabilidade

do Governo do Estado, uma grande quantidade de água parada e um ambiente propício para a proliferação do mosquito da dengue.

Então, gostaria de pedir à Assembléia Legislativa e faço um requerimento nesse sentido, para que seja noticiado à Secretaria de Saúde e seja tomada alguma providência para sanar esse problema na obra do fórum de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei autoria do senhor deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 006/99, de autoria do deputado Sérgio Spada, que torna obrigatório a exibição de informações sobre o turismo no Paraná nas telas das salas de projeções situadas no Estado. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/99, de 23.02.99).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 168/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que proíbe as operações de telefonia fixa, de cobrarem os serviços de valor adicionado e DDI sobretarifado, nas contas telefônicas do Estado do Paraná sem que haja prévio e expresse assentimento do titular da linha e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2000, de 29.05.2000).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 428/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, autoriza o Poder Executivo a criar e implantar um Posto do Corpo de Bombeiros com sede no município de Tibagi. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 428/20000

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e implantar um posto do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, no município de Tibagi, com aproveitamento e deslocamento do contingente do Corpo de Bombeiros que presta serviços nas unidades daquela região.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.03.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 012/2001, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza os servidores civis e militares, faltarem ao serviço até 04 (quatro) dias para doação de sangue. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2001, de 19.02.2001).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 024/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a isentar da alíquota de ICMS os medicamentos de uso contínuo destinados a cardíacos, hipertensos e diabéticos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/2001, de 22.02.2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 029/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a designar 20% da sua verba destinada aos meios de comunicação oficial para veicular propaganda de eventos e/ou atividades vocacionais de cada região do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2001, de 06.03.2001).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 063/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho e deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a mudar a operadora que presta serviço de telefonia fixa para os diversos órgãos do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2001, de 19/03/2001).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 128/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Região Turística das Cataratas do Iguaçu e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2001, de 16/04/2001)**

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 311/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a reduzir a taxa de cobrança da coleta e tratamento de esgoto para 50% do custo do abastecimento faturado. ANEXO PROJETO DE LEI Nº 008/2002, DO DEPUTADO FERNANDO RIBAS CARLI. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001)**

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 585/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Quêrência do Norte e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 166/2001, de 12/11/2001)**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a abertura de crédito para o financiamento de áreas destinadas à pequena propriedade rural. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoioamento dos senhores deputados Duílio Genari, Miltinho Pupio, Antonio Belinati e Ricardo Maia, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 228/99**

A presente emenda supressiva tem por objetivo suprimir o artigo 5º da Lei nº 228/99, renumerando os artigos 6º e 7º como 5º e 6º, respectivamente.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Duílio Genari, Miltinho Pupio, Antonio Belinati e Ricardo Maia.

JUSTIFICATIVA:

As providências administrativas propostas, independem da aprovação do Legislativo. São de natureza estritamente administrativa e, portanto, da exclusiva competência do Poder Executivo por força do princípio norteador do Estado de Direito que é o da independência e harmonia entre os poderes (art. 2º da Constituição Federal).

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que institui o Fundo de Apoio à Geração de Emprego e Renda no Estado e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 383, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 066/2000.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre as condições e a efetivação do trabalho dos presidiários do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Vista da Aparecida, com sede na cidade de Boa Vista da Aparecida e foro no município de Capitão Leônidas Marques. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 004/2002**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Vista da Aparecida.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 004/2002**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Vista da Aparecida, com sede no município de Boa Vista da Aparecida e foro no município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação Maria Cazetta, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 007/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Maria Gazetta, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Ney Amintas de Barros Braga - do Colégio Estadual João XXIII - Ensino Médio, do município de Mamborê, no Estado do Paraná, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 012/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Ney Amintas de Barros Braga, do Colégio Estadual João XXIII - Ensino Médio, com sede e foro no município de Mamborê.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos da Região de Londrina - APOL, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 026/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos da Região de Londrina, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Atenção à Dependência de Álcool e Drogas, com sede e foro no município de Jaguaíva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2002, de 20/02/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 040/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Grupo de Atenção à Dependência de Álcool e Drogas, com sede e foro no município de Jaguaíva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2002, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na mesma municipalidade. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 005/2002, de 25/02/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 046/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na mesma municipalidade.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 046/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual o CTG - Centro de Tradições Gaúchas Estância Velha da Tradição, do município de São José dos Pinhais, com sede e foro na comarca de São José dos Pinhais. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 005/2002, de 25/02/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 062/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o CTG - Centro de Tradições Gaúchas Estância

Velha da Tradição, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/2002, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a ceder, em comodato, por prazo indeterminado, imóvel situado no local denominado Canal da Draga, município de Pontal do Paraná, ao Instituto da Cultura Espírita do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2002, de 05/03/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 079/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, visa autorizar o Poder Executivo a ceder, em comodato, por prazo indeterminado, imóvel situado no Canal da Draga, município de Pontal do Paraná, ao Instituto de Cultura Espírita do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 350, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 351, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 353, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 352, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No próximo requerimento. Este já está aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Mas o som não funciona, senhor presidente.

Estou aqui há bastante tempo pedindo verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos fazer uma solicitação ao senhor 1º secretário, para que tome as providências necessárias.

Requerimento do deputado Luiz Carlos Zuk. Requer envio de expediente ao senhor presidente do Tribunal de Contas e ao governador do Estado. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA

Requeiro chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

25 deputados presentes.

Não há quórum para deliberação.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de comunicar aos senhores deputados, principalmente os de Curitiba e da região metropolitana, amanhã às 10h00, na Sala das Comissões, estará presente o superintendente da Comec, para fazer uma explanação do plano de desenvolvimento da região metropolitana e da Capital do Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 443/2001, 004, 007, 012, 026, 040, 046, 062 e 079/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 106/99, 348, 411, 554/2001, 031 e 068/2002.

Levanta-se a Sessão.